

## APRESENTAÇÃO

É com enorme satisfação que apresentamos essa coletânea. Ela reúne os seis artigos premiados no “IX Prêmio Antropologia e Direitos Humanos Edição 2020”, organizado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), através da Comissão de Direitos Humanos, na gestão (2018–2020) dos professores Maria Filomena Gregori e Sérgio Luís Carrara. Trata-se da nona edição desse concurso, iniciado em 2000, com o patrocínio da Fundação Ford até 2008 e continuado desde então com apoio integral da própria ABA. O objetivo do prêmio é estimular, apoiar e divulgar trabalhos que versem sobre a contribuição da Antropologia para diversas áreas relativas à temática dos Direitos Humanos. As sucessivas edições do certame tiveram como resultado, além do reconhecimento da temática abordada e dos autores e trabalhos premiados, oito coletâneas reunindo discussões e etnografias de referência fundamental no campo da Antropologia e Direitos Humanos.

Nesta edição, o Prêmio enfatizou o tema “Lutas sociais, mobilização política e alteridades”, na expectativa de contribuir para o debate sobre o papel da Antropologia e de sua atuação profissional no que diz respeito ao campo dos Direitos Humanos. Em particular, buscou-se incentivar e acolher trabalhos que contribuíssem para a reflexão crítica de processos sociais, políticos e morais envolvidos no campo das políticas públicas, bem como das estratégias de luta social e política em defesa dos direitos, promovendo um debate sobre a produção, legitimação e respeito das alteridades presentes no espaço social e público, ou sobre sua contracara: a intolerância, a discriminação, o racismo, a repressão da diferença e/ou seu extermínio. Houve espaço também para discorrer sobre a vida de indivíduos e coletivos que, alijados do direito de ter direitos, sequer pensavam suas existências e sofrimentos a partir do reconhecimento público e estatal.

Ao longo de 2020, esses temas (e a vida como um todo) foram atravessados pelas condições e efeitos da pandemia de Covid-19. No Brasil em particular, esse evento crítico agravou e, ao mesmo tempo, evidenciou as desigualdades e intolerâncias estruturais e estruturantes da sociedade, com índices de morte e de impactos bem maiores entre a população pobre, negra, populações indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Esses grupos têm ficado ainda mais vulnerabili-

zados nas suas condições de vida e de sobrevivência diante da ausência de uma política pública sistemática de enfrentamento à pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos. Situação essa agravada diante de um discurso público de desídia e naturalização das mortes e perdas produzidas.

Os artigos aqui reunidos não trazem uma reflexão sobre esse momento, pois são resultados de pesquisas que o antecedem. Contudo, é importante mencionar que esse foi o contexto no qual o Prêmio foi organizado e muitos dos inscritos/as elaboraram e submeteram seus trabalhos, bem como o contexto pelo qual muito/as antropólogo/as em formação ou recém-formado/as não conseguiram fazê-lo devido às dificuldades enfrentadas. Nesse sentido, por um lado, saudamos especialmente a todos os candidatos e candidatas que elaboraram e submeteram seus trabalhos em condições adversas e difíceis, concentração e produção. Por outro, estimulamos todo o conjunto de potenciais inscritos a continuar trabalhando, pesquisando e refletindo no campo dos direitos humanos, pois suas contribuições serão sempre pertinentes e acolhidas.

Nesta edição do Prêmio tivemos um total de 28 inscrições, 12 na categoria doutorado, 14 no mestrado e 2 na graduação. Em cada categoria foram concedidos um prêmio e uma menção honrosa, destacando os trabalhos melhores avaliados, conforme os critérios de originalidade do tema abordado, pertinência teórico/metodológica, aportes e articulação com a temática dos direitos humanos e qualidade da redação. Os trabalhos foram avaliados por pareceristas, às cegas, de diferentes programas de pós-graduação e instituições de estados diversos. Contamos com um total de 29 professores e pesquisadores que colaboraram com pareceres e a quem agradecemos imensamente pelo trabalho realizado.<sup>1</sup>

Recebemos o apoio do eficiente trabalho de Carine Lemos, Roberto Pinheiro e Silvano Xavier, da secretaria da ABA, a quem agradecemos

---

1 Agradecemos nominalmente aos professores Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos; Cicero Cunha Bezerra; Claudia Mura; Fábio Mallart; Fernanda Barros; Flavia Cunha Melo; Flavia Medeiros; Joana Bahia; Jose Miguel Olivar; Kátia Sento Sé Mello; Katiane Silva; Larissa Nadai; Laura Murray; Letícia Carvalho Mesquita Ferreira; Letícia de Luna Freire; Liliana Sanjurjo; Livia Gimenes; Magda Ribeiro; Marco Tobon; Maria Raquel Passos Lima; Nádia Meinerz; Natânia Lopes; Olivia von der Weid; Paula Lacerda; Soraya Silveira Simões; Thaddeus Blanchette; Thais Tartalha; Tilmann Heil; e Vitor Andrade.

o empenho. De forma mais geral, agradecemos o apoio da presidência sob a condução da professora Maria Filomena Gregori e do professor Sérgio Luís Carrara e da atual gestão em nome das professoras Patrícia Birman e Cornélia Eckert.

Por fim, destacamos que os autores premiados nesta edição representam programas de pós-graduação e cursos de graduação de diversas instituições e estados do Brasil (Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro), como veremos a seguir.

## **SOBRE OS ARTIGOS**

Os artigos aqui reunidos abordam diversas temáticas vinculando etnografias realizadas em campos empíricos distintos com discussões em torno de diversas formas de violação e/ou reivindicação de direitos.

Na categoria doutorado, o artigo “Minha vida por um fio: Mobilização social e os itinerários de mulheres ribeirinhas vítimas de escalpelamento na Amazônia Paraense”, de Diego Alano de Jesus Pereira Pinheiro (PPGAS/UFRN), orientado pelo professor Carlos Guilherme Octaviano do Valle, apresenta uma etnografia cuidadosa sobre os “acidentes” sofridos por mulheres das comunidades daquela região, ao terem seu coro cabeludo arrancado por ação do motor dos barcos utilizados nas atividades econômicas locais, acidente conhecido como escalpelamento. No artigo, Diego Alano busca explicitar os sentidos outorgados ao “acidente” na perspectiva de três atores: as mulheres, o estado e os donos dos barcos. Entendendo o escalpelamento como um evento que altera a ordem regular da vida das pessoas, Diego Alano, mobilizando a discussão antropológica sobre sofrimento, construção social de vítimas, razão humanitária e estigma, descreve e problematiza as invisibilidades das populações ribeirinhas na Região Norte do país, bem como busca e se questiona sobre possíveis respostas ao problema.

Também na categoria doutorado, o artigo “Mulher não precisa de registro: De invisíveis a tutoras sociais, as trajetórias de mulheres sem documento em busca de identidade, direitos e cidadania”, de Fernanda Melo da Escóssia (CPDOC/FGV-RJ), orientado pela professora Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira, traz resultados da etnografia desenvolvida em um ônibus da Praça Onze, na cidade do Rio de Janeiro. O ônibus é o “coração”, usando as palavras da autora, de um projeto do Tri-

bunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro com a finalidade de reduzir o sub-registro de pessoas adultas sem documentos e proporcionar a emissão da certidão de nascimento para quem lá concorre. O artigo é focado especificamente nas demandas e trajetórias apresentadas pelas mulheres, buscando discutir através delas as concepções de identidade, direitos e cidadania expressadas na busca por esse documento. Considerando que etnografar o adulto sem documento é mergulhar no que Das e Poole categorizam como “margens do Estado”, a autora propõe pensar como o documento pode ser ressignificado por essas mulheres como algo que propicia o reconhecimento de si mesmas como sujeito de direitos, bem como a reconstituição de suas trajetórias familiares.

Já na categoria mestrado, o artigo de Whodson Robson da Silva (PPGA/UFPE), orientado pela professora Vânia Fialho, intitula-se “Sumir do mapa e outros *scripts*: Táticas de matar e de resistir no confronto de indígenas e quilombolas com a central nuclear em Itacuruba”. O artigo apresenta de forma original a “etnografia de um confronto” entre as políticas governamentais que impulsionam a implantação da Central Nuclear do Nordeste no Rio São Francisco e as táticas de resistência, luta coletiva e autonomia de indígenas e quilombolas no município. Chamando a atenção para as potencialidades políticas e epistemológicas da cartografia social, o autor evidencia como essa ferramenta, quando protagonizada por indígenas e quilombolas, visibiliza as existências coletivas e as potencialidades locais, bem como denuncia a violência do silêncio provocada e reproduzida na instalação do megaprojeto nuclear. A luta por “um lugar no mapa” evidencia, assim, as lutas coletivas por reconhecimento identitário e territorial, bem como as confrontações à política desenvolvimentista do Estado.

Ainda na categoria mestrado, o trabalho “Por que não podemos ser mães?: Gestão da maternidade de mulheres com trajetória de rua como questão pública através de regulamentações e práticas”, de Caroline Silveira Sarmiento (PPGAS/URGS), orientado pela professora Patrice Schuch, traz uma abordagem sensível sobre a gestão da maternidade das mulheres com trajetória de rua enquanto uma questão pública, isto é, lançando luz sobre as regulamentações e práticas em torno da questão, bem como das discussões empreendidas como resistência a elas. Para tanto, a partir do relato de mulheres nessa situação, da análise de documentos normativos e das entrevistas realizadas com os diver-

soos atores envolvidos, a etnografia analisa as justificativas em torno da decisão da retirada dos filhos das mulheres com trajetória de rua. Através dessa análise, o artigo proporciona um debate etnográfico em torno da gestão das infâncias, de família e de maternidades, bem como das economias morais ligadas a esses campos.

Na categoria graduação, o artigo “Direitos humanos em pajubá?: Controvérsias, enquadramentos e agenciamentos no acesso e permanência de pessoas trans\* no Ensino Superior público”, de Brume Dezembro Iazzetti, do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, orientado pela professora Regina Facchini, aborda uma questão crucial para o entendimento das desigualdades de gênero, classe e raça em relação às experiências de pessoas \*trans. A partir de uma perspectiva identificada como transfeminista interseccional e de direitos humanos, Brume Iazzetti busca articular relatos e experiências de estudantes \*trans em universidades públicas brasileiras, em especial em São Paulo – através da observação como participante em eventos, da realização de entrevistas e da própria experiência de autoafirmação enquanto uma pessoa trans – com processos históricos mais amplos de inserção dessa população na educação formal, ampliação do acesso ao Ensino Superior público e implementação de políticas afirmativas. Dessa forma o artigo problematiza as possibilidades, limitações e potencialidades das “transições e circulações das pessoas \*trans” e, portanto, da noção de direitos humanos nas suas dimensões afetivas, pedagógicas, educacionais e políticas, e não apenas normativas.

Finalmente, ainda em nível de graduação, encerramos a coletânea com o trabalho “Punição e controle social no século XIX: uma análise histórica-antropológica dos Annaes do Parlamento Brasileiro e do Código Criminal de 1830”, de Izabel Cristina Luz Castro, do Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF/PE), orientado pelo professor Adalton José Marques. O artigo aborda a relação entre a constituição da prisão no Brasil, enquanto pena codificada e institucionalizada, e o controle social das classes populares no século XIX. Através da análise documental do *Código Criminal de 1830* e dos *Annaes do Parlamento Brasileiro* (1830), bem como de pensadores da formação política e social brasileira, Izabel Castro busca compreender como se organizaram socialmente os modos de existência considerados inadapáveis à ordem produtiva da grande proprie-

dade rural, através da criminalização de seus modos de vida, tidos como “vadiagem” e/ou “mendicância” e, portanto, como não coerentes com a disciplina do trabalho imposta pela grande lavoura. Assim, o artigo mostra o processo pelo qual foram definidas e estabelecidas, de um lado, técnicas de castigo físico e de vigilância da força de trabalho escravizada e, de outro, estratégias de gestão da população livre por meio da prisão.

Em termos gerais, gostaríamos de destacar que todos os artigos são fruto de empreendimentos de pesquisas empíricas que, a partir de uma perspectiva etnográfica, buscam compreender e dialogar com os diversos os diversos pontos de vista envolvidos nos problemas abordados, bem como traçar pontes e debates com discussões centrais no campo da Antropologia e dos Direitos Humanos. Seja através da análise de documentos históricos e/ou atuais, da observação participante, do engajamento pessoal e profissional ou da reflexão sobre as próprias experiências, em campos empíricos diversos, os artigos dão visibilidade a discussões sobre sofrimento e dor; demandas por reconhecimento, identidade e direitos; regimes de governo e estratégias de luta e resistência; desigualdades de gênero, classe e raça e reivindicações por cidadania. Mulheres de comunidades ribeirinhas na região amazônica atingidas através de seus corpos; mulheres em busca do documento que reconheça sua identidade no Rio de Janeiro; comunidades indígenas e quilombolas lutando por seu lugar no mapa na região do sertão pernambucano; mulheres com trajetória de rua resistindo a retirada de seus filhos em Porto Alegre; estudantes \*trans pelo acesso e permanência em instituições de Ensino Superior; e a gestão disciplinar e de controle de populações tidas como “desviantes e indesejadas” no século XIX, dão conta de universos diversos que refletem desigualdades arraigadas na sociedade brasileira e nas formas de gestão estatal de corpos e subjetividades, mas que também evidenciam os processos de resistência e luta por direitos e por reconhecimento – social, político e existencial. Ao priorizar esses processos, os trabalhos aqui reunidos explicitam a relevância de discutir publicamente no campo dos direitos humanos, não apenas a partir da violação de direitos e suas eventuais responsabilidades, mas também das dimensões afetivas, emocionais, territoriais e morais das experiências de exclusão, negação de identidades e silenciamentos.

\* \* \*

Escrevemos essa apresentação em pleno auge da pandemia do Covid-19, em março de 2021. O Brasil é considerado o epicentro mundial da doença, estamos assistindo a mais de dois mil mortos por dia e à total ausência de uma política pública coordenada de enfrentamento à situação. Adoecimentos e mortes, lutos e lutas cotidianas, estão se tecendo em diversas frentes, com consequências no presente e no futuro. Esperamos que as contribuições aqui apresentadas possam contribuir como uma reflexão sobre as potencialidades da resistência, da ação coletiva e do respeito à diferença, mas também pela diversidade, pela vida e pelos direitos.

Desejamos a todos uma boa leitura e a continuidade de empreendimentos como o aqui apresentado. Parabéns aos premiados e a todos os participantes!

**Lucía Eilbaum**

Professora de Antropologia/UFF  
Comissão de Direitos Humanos/ABA

**Ana Paula da Silva**

Professora de Antropologia/UFF  
Comissão de Direitos Humanos/ABA

**Gisele Fonseca Chagas**

Professora de Antropologia/UFF  
Comissão de Direitos Humanos/ABA

**Hippolyte Brice Sogbossi**

Professor de Antropologia/UFS  
Comissão de Direitos Humanos/ABA

**Tanieli Rui**

Professora de Antropologia/Unicamp  
Comissão de Direitos Humanos/ABA